

OSC debate estratégias de divulgação da lei contra uniões prematuras

Passados alguns meses após a aprovação da Lei de Protecção e Combate as Uniões Prematuras, diversas Organizações da Sociedade Civil (OSC) juntaram-se, em Maputo, para debater as estratégias de divulgação da presente lei.

O evento, organizado pelo Fórum da Sociedade civil para os Direitos da Criança-ROSC com apoio da Fundação MASC, contou com a presença de diversos actores da sociedade tais como líderes comunitários, funcionários do Estado, jovens e raparigas.

Este encontro teve como objectivo principal contribuir para a divulgação e implementação efectiva da Lei de Prevenção e Combate as Uniões prematuras, promover troca de experiências e sinergias entre os Líderes Tradicionais e Religiosos.

Entretanto, na ocasião, a Presidente do ROSC, Célia Cláudia, recordou que a lei é um dos instrumentos que o país tem para combater as uniões prematuras, que a mesma defende a necessidade da inclusão dos líderes comunitários para a erradicação deste mal social, porque somente a lei não pode combater, sem que se observe outros aspectos sociais ligados as causas.

“Nós levantamos vários aspectos, a questão da pobreza, questões culturais que contribuíam nos casos deste mal, mas sentimos que era preciso ter uma lei para reforçar estas acções, então neste momento a lei não pode agir sozinha, mas sim agir dentro do contexto cultural, vai olhar para outros aspectos como pobreza, educação e aí em diante que viemos a discutir esse tempo todo”, disse a presidente do ROSC.

Por seu turno, a Representante da Fundação MASC, Alquicia Manjate, considera que há muito trabalho ainda por se fazer depois da promulgação da lei.

“Nós temos dados que indicam que ainda temos muita gravi-

dez precoce que está associada as uniões prematuras, temos mais ou menos 38% de gravidezes precoces entre os 15 e 19 anos, também falamos de questões de violência contra rapariga e rapaz também que está muito acentuada a nível do nosso país numa taxa de mais ou menos de 28% de rapazes e 22% de raparigas, estamos a falar dos 15 aos 19 anos que é a faixa etária que tem-se estado a pesquisar”, revelou.

Em algumas regiões do norte do país onde as taxas atingiram números mais altos, a Representante da UNICEF, Katarina Johansson disse que estes dados reflectem uma crise global e nacional que afecta o bem-estar das raparigas e o desenvolvimento do país.

Deste modo, Johansson reiterou o compromisso da UNICEF em priorizar e trabalhar como parceiro na implementação da nova legislação, reconhecendo a necessidade de estabelecer marcos e planos de acção que visam preparar para a implementação desta lei.

Por seu turno, a directora Executiva do ROSC, Benilde Nhalivilo, acrescentou que uma das estratégias para que todos saibam da existência desta lei é trabalhar com os líderes tradicionais, pois eles são os guardiões da cultura e da tradição, e que e está perante a um crime que é cometido pelos pais.

Em representação do Governo, Angélica Magaia Directora Nacional da Criança, avançou que terminou este mês o período de implementação da estratégia nacional de prevenção e combate as uniões forçadas e durante este período foram registados vários avanços tais como a identificação de Nove mil e novecentas raparigas, onde foram reintegradas a escola Quatro Mil e Oitenta e Duas meninas grávidas e algumas do mesmo numero já com filhos pequenos a amamentar.

“Foi também prestado apoio psicossocial a Três mil Cento e Setenta e Duas crianças, deste número Duas mil Cento e Oitenta e

Seis são raparigas e restantes rapazes todos vítimas de violência. Durante esse período conseguimos 40

bolsas de estudo para raparigas e deste número de raparigas conseguimos aumentar as oportunida-

des delas de formação e de melhor orientação na vida”, disse Angélica Magaia.